

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Bernardo Assis" <bernardo.assis@oceanpact.com>
Para: "cplc.appa@appa.pr.gov.br" <cplc.appa@appa.pr.gov.br>
"RSL Comercial" <rslcomercial@environpact.com>, "Camila Carvalho"
Com Cópia: <camila.carvalho@oceanpact.com>, "Juliana Freitas" <juliana.freitas@oceanpact.com>,
"protocolo.appa@appa.pr.gov.br" <protocolo.appa@appa.pr.gov.br>
Data: 14/10/2024 15:12 (36 minutos atrás)
Assunto: Recurso Administrativo - LICITAÇÃO ELETRÔNICA - LE Nº82/2024
image001.jpg (2.76 KB)
image002.jpg (733 B)
Anexos: image003.png (11.95 KB)
2024.10.11_-_OCP_SERV_x_APPA_-_Recurso_Administrativo.pdf (601.68 KB)
Summary.pdf (319.39 KB)

Prezada Comissão Permanente de Licitação,

Dado que não foi habilitado campo para envio de recurso no Portal de Licitações do Banco do Brasil, conforme previsto nos itens 19.38 e 21.1.1 do Edital em epígrafe, enviamos em anexo recurso administrativo tempestivo.

Pedimos por gentileza que confirmem o recebimento.

Permanecemos no aguardo e à disposição!

Att,



Bernardo Seefelder de Assis

Gerente Comercial



Cel.: +55 (21) 99784-6096

Tel.: +55 (21) 3032.8515

SkypeID: bernardo.seefelder

www.oceanpact.com



EMERGÊNCIA 0800 601 PACT

24h TODOS OS DIAS

**AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
– APPA**

**Ref. Licitação Eletrônica n.º 82/2024
SAP n.º 1000000082**

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A. (“OCEANPACT”), com sede na Rua da Glória, nº 122, 10º e 11º andares, Glória, Rio de Janeiro/RJ, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.114.805/0001-30 e filial na Praça Alcides Pereira, nº 01, Ilha da Conceição, Niterói/RJ, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.114.805/0002-11, vem, por seu representante devidamente constituído, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO C/C PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

em face da decisão que declarou vencedora a empresa **ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A. (“ALBRIGGS”)**, publicada no Portal de Licitações do Banco do Brasil por meio de mensagem enviada pelo Coordenador da Disputa no dia 10 de outubro de 2024, o que faz pelos motivos de fato e de direito a seguir elencados.

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O item 21.1 do edital da Licitação Eletrônica n.º 82/2024 estabelece que, dos atos da Comissão de Licitação, caberá a interposição de recurso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da declaração de vencedor na plataforma “licitações-e”, na forma disposta no artigo 59 da Lei 13.303.

Em que pese a declaração de vencedor não tenha sido publicada na referida plataforma até a presente data, a OCEANPACT apresenta o presente recurso de forma célere e tempestiva.

II – SÍNTESE DOS FATOS

Visando contratar empresa especializada para gerenciamento do Centro de Prontidão e Resposta a Emergência (CPRE) nos portos organizados de Paranaguá e Antonina, em cumprimento ao Programa de Gerenciamento de Riscos, Plano de Ação/Controle de emergência (PAE/PCE) e ao Planos de Emergência Individual (PEI) Unificado, da Portos do Paraná, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (**“APPA”**), publicou edital para contratação via licitação na modalidade de pregão eletrônico com critério de menor preço global.

Para tanto, o edital designou pregão eletrônico, registrado sob o nº LE 82/2024, com recebimento e abertura de propostas no dia 09/09/2024, às 09:30h, e subsequente sessão de disputa de preços às 10h do próprio dia 09/09/2024. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, iniciar-se-ia a verificação do atendimento às condições de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta melhor classificada.

Neste contexto, o edital determinou requisitos básicos e específicos a serem atendidos pelas empresas licitantes, dentre os quais, com destacada importância, a necessidade de **comprovação de participação de ao menos 1 (um) evento de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de nível 2, incluindo envio e operacionalização de mão de obra e equipamentos**, o que, nos termos do item 16.4.1.2 do edital, deveria ser comprovado por experiência prévia materializada a partir atestado/certificado.

Avançou-se, então, para a análise da habilitação da empresa ALBRIGGS, que veio a ser habilitada e, conseqüentemente, reputada vencedora da licitação.

No entanto, como se passa a pontuar, não obstante a etapa de diligenciamento conduzida pela Comissão de Licitação, nenhum dos atestados apresentados pela licitante demonstram, concomitantemente, o atendimento em evento de resposta de nível 2 com emprego ou envio de equipamentos.

Por essas razões, impõe-se a inabilitação da licitante ALBRIGGS, com o consequente prosseguimento do certame para que a OCEANPACT seja declarada vencedora.

III – OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

I.1. NÃO COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA. INEXISTÊNCIA DE EXPERIÊNCIA EM PARTICIPAÇÃO DE EVENTO DE RESPOSTA EM NÍVEL 2 COM EMPREGO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.

É sabido que a Administração Pública se submete ao princípio da legalidade estrita, que é um dever imputado ao Estado a fim de resguardar os cidadãos de seu arbítrio. Ou seja, o Estado somente pode agir nos limites determinados pela Lei, uma vez que o legislador é escolhido como representante do povo, logo, ao respeitar esse limite estaria o Estado se subordinando diretamente ao povo.

Já o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é princípio específico do procedimento licitatório, o qual **obriga** a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório, de modo que nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação. É o que dispõe o art. 41 da Lei n.º 8.666/93:

“Lei n.º 8.666/93

*Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”.*

Na mesma seara é o entendimento consolidado em teses do Tribunal de Contas da União, veja-se:

“Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara (Sumário) – TCU

***São plenamente vinculados os atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, uma vez que estes devem obedecer às regras definidas na lei e no edital a que estão jungidos**, não cabendo aos responsáveis deliberadamente ignorá-las”.*

Tendo isso em mente, há que se destacar que o edital, de forma expressa, para fins de comprovação da habilitação técnica (art. 27, II, da Lei 8.666/93), impõe, dentre outras obrigações, a apresentação de atestado de capacidade técnica que ateste a participação das licitantes em evento de resposta de nível 2, com o emprego e envio de mão de obra e equipamentos.

Destaca-se, neste sentido, os itens 16.4.1 e 16.4.1.2, do edital da Licitação Eletrônica nº
Página 3 de 8

82/2024:

“16.4.1 – Capacidade Técnica Operacional:

(...)

*16.4.1.2. A empresa deverá apresentar um atestado, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter participado ao menos de **1 (um) evento de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de nível 2, incluindo envio e operacionalização de mão de obra e equipamentos;**”*

Visando estabelecer um critério objetivo quanto da definição de eventos de resposta de nível 2, a APPA informou durante a fase de esclarecimentos do certame que o critério a ser utilizado para fins de eventos de resposta de nível 2 é aquele previsto no Anexo III da Resolução CONAMA 398/2008, qual seja o volume **mínimo** de 200m³.

O item 16.4.1.2 do edital trata-se de requisito de crucial observância, posto que negligenciar sua importância pode redundar na contratação de empresa inapta a desempenhar tecnicamente as ações necessárias à execução do objeto da licitação. A exigência de atendimento a um volume de no mínimo 200m³ revela-se um tanto quanto razoável, tendo em vista que o Plano de Emergência Individual (“**PEI**”) da APPA prevê, no pior cenário, uma descarga de até 2.300m³.

Dessa forma, atendo-se ao objeto da presente Licitação Eletrônica, o não atendimento do item 16.4.1.2 significaria assumir o risco de contratação de empresa que não possui as melhores condições técnicas para prestação dos serviços de prontidão de atendimento a emergências ambientais e, consequentemente, assumir os riscos de um desastre ambiental decorrente da falta de atuação emergencial tal como necessária/exigida.

Nesta seara, para fins de comprovação de eventual atendimento ao item 16.4.1.2, a ALBRIGGS apresentou declaração elaborada pela Equipe Administrativa de Incidentes da *Deepwater Horizon*, que fez referência ao incidente ocorrido no ano de 2010, ocasião em que a licitante teria prestado apoio aos serviços de atendimento à emergência no incidente em questão.

No entanto, não obstante a expressa exigência de qualificação técnica da licitante, frisa-se que a ALBRIGGS, durante a fase de habilitação, não logrou êxito em comprovar que os profissionais citados no referido atestado permanecem em seu quadro técnico e/ou possuem qualquer tipo de vínculo com a empresa até a presente data.

Inclusive, é possível verificar na documentação apresentada pela ALBRIGGS e recorte abaoxp que o Sr. Dante Pozzi Neto, ora listado como um dos participantes do incidente *Deepwater Horizon*, **renunciou sua posição de diretor operacional no ano de 2020**, não sendo possível aferir sua participação nos quadros da empresa após o referido ano:

Deliberações: por unanimidade de votos foram tomadas as seguintes deliberações:

- a) A renúncia do diretor operacional, Sr. Dante Pozzi Neto, brasileiro, casado, tecnólogo, portador da Carteira de Identidade RG nº 11.389.494-6 e CPF/MF nº 076.046.778-19, domiciliado à Avenida Jabaquara, nº 3060, 3º andar – sala 302 – Mirandópolis, São Paulo/SP; por requerimento formal datado de 20.06.2020; consignando o Conselho de Administração os sinceros agradecimentos pela relevante contribuição prestada no período em que exerceu atividades na Companhia, bem como por todo o tempo dedicado, com zelo e presteza, às atividades da Diretoria.

Quanto ao tema, há que se ressaltar que o Tribunal de Contas da União tem enunciado aprovado pelo seu plenário que proíbe **expressamente** a transferência de acervo técnico entre pessoas distintas, sendo vedada, portanto, a transferência de acervo técnico do colaborador (pessoa física) para a empresa-empregadora (pessoa jurídica), conforme Acórdão abaixo:

“Acórdão 1951/2022-TCU-Plenário

Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa”.

Adicionalmente, cumpre destacar que, apesar da imposição de experiência na participação de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de nível 2 com operacionalização e envio de mão de obra e **equipamentos**, o atestado apresentado pela ALBRIGGS, refere-se, de forma clara, ao atendimento do referido evento **tão somente** com a operacionalização de mão de obra:

registro ou inscrição na entidade profissional competente;

*II - comprovação de **aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos”;*

Diante dos argumentos levantados, o atestado apresentado para fins de cumprimento do item 16.4.1.2 do edital não logrou êxito em atestar a aptidão da ALBRIGGS para atuar em circunstâncias tais quais as esperadas pela APPA, razão pela qual não resta satisfeito o requisito de qualificação técnica necessário à habilitação da empresa.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) Seja recebido o presente recurso com atribuição de efeito suspensivo à decisão que declarou vencedora a licitante ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A.;
- b) Seja prontamente inabilitada a licitante ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A. dada a não comprovação da capacidade técnica nos termos do 16.4.1.2 do edital da Licitação Eletrônica;
- c) Caso se entenda por não existirem elementos suficientes para imediata rejeição do atestado apresentado pela ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A, pugna-se pela (i) adoção de diligências suficientes para fins de verificação da operacionalização ou envio de equipamentos no incidente *Deepwater Horizon*, incluindo-se diligências perante à Equipe Administrativa de Incidentes da *Deepwater Horizon*; bem como (ii) envio de comprovação pela ALBRIGGS de que os profissionais citados no referido atestado permanecem no quadro técnico da empresa; e
- d) Seja determinado o prosseguimento da licitação, com habilitação da OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A., sua declaração como vencedora da Licitação Eletrônica e a consequente adjudicação do objeto da licitação a seu favor.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2024.

DocuSigned by:

Bernardo Camara de Farias Seefelder de Assis

DF6D41839FD0475...

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F24E27ECEB9D4902A10234A94943C882

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Documento para assinatura.

Envelope fonte:

Documentar páginas: 8

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 4

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Ana Luisa Sousa Machado

Rua da Glória, 122 - 11º andar - Glória

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / RJ 20241-180

ana.machado@oceanpact.com

Endereço IP: 200.217.192.106

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Ana Luisa Sousa Machado

Local: DocuSign

14/10/2024 14:56:06

ana.machado@oceanpact.com

Eventos do signatário**Assinatura****Registro de hora e data**

Bernardo Camara de Farias Seefelder de Assis

bernardo.assis@oceanpact.com

Gerente Comercial

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



DF6D41839FD0475...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.142.100.210

Enviado: 14/10/2024 14:56:48

Visualizado: 14/10/2024 14:57:25

Assinado: 14/10/2024 14:57:32

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 14/10/2024 14:57:25

ID: 309cf15a-0b17-4e61-ade2-850cf579be53

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data****Eventos com testemunhas****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

14/10/2024 14:56:48

Entrega certificada

Segurança verificada

14/10/2024 14:57:25

Assinatura concluída

Segurança verificada

14/10/2024 14:57:32

Concluído

Segurança verificada

14/10/2024 14:57:32

Eventos de pagamento**Status****Carimbo de data/hora****Termos de Assinatura e Registro Eletrônico**

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Oceanpact Servicos Maritimos S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Oceanpact Servicios Maritimos S.A.:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise Oceanpact Servicios Maritimos S.A. of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at oceapact@oceapact.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Oceanpact Servicios Maritimos S.A.

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to oceapact@oceapact.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with Oceanpact Servicios Maritimos S.A.

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Oceanpact Servicios Maritimos S.A. as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Oceanpact Servicios Maritimos S.A. during the course of your relationship with Oceanpact Servicios Maritimos S.A..